

Ata da 6ª (sexta) reunião ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 da Câmara Municipal de Guanhões, realizada no dia 16 de abril de 2018 às 19:00 horas, sob a Presidência do Vereador Nivaldo dos Santos que cumprimentou a todos e solicitou ao senhor secretário que procedesse com a chamada inicial dos Vereadores a qual estavam todos presentes. Como houve número regimental declarou em nome de Deus aberta a sessão. Prosseguindo, os vereadores procederam com a oração do Pai Nosso para o bom andamento dos trabalhos. Solicitados com urgência por motivo de saúde, os vereadores Lucimar e Maria Anídia se ausentaram do plenário com a permissão do Presidente. Tomaram assento de destaque na Casa o ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Toninho Andrada, a jornalista Filomena Generoso, funcionário aposentado do IMA Ulisses Orlando Junior, a secretária de governo deste Município Adileila Gonçalves Rosa, o vereador de Ferros Carlos Elísio de Oliveira e o cidadão Adilson de Souza. O senhor Presidente informou a todos que em comum acordo com os autores dos projetos a serem apreciados ficou decidido a retirada de pauta dos projetos que seriam discutidos e votados. Prosseguindo, solicitou a leitura do Requerimento 26/2018 de autoria do vereador Daniel Barroso. Ato contínuo, a palavra foi passada ao ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Toninho Andrada para uso da Tribuna e debate sobre “a Gestão Pública e o Papel do Poder Legislativo diante da Crise Brasileira. Toninho cumprimentou a mesa diretora estendendo o cumprimento aos demais presentes dizendo que este é um momento interessante para o debate em questão vez que o Brasil vem passando pelo maior momento de crise já vivenciado. Disse que quando se fala em gestão pública, se fala em administração pública. Disse que o Brasil é uma República Federativa, portanto um poder descentralizado sendo o poder é dividido entre os estados. Disse que o Brasil é

o único país do mundo que colocou o município como ente da federação. Fez breve relato sobre a criação da federação americana e disse que o Brasil tentou copiar a federação americana sem sucesso pois este país não possui a história que os Estados Unidos possui. Disse que o erro ao colocar os municípios como ente federativo foi não dar voz ativa aos mesmos que não são ouvidos e não possuem recursos. Disse ainda que muita centralização gera várias distorções uma vez que se cria regras padronizadas . Que um exemplo é a lei de licitações ser a mesma para um município de grande porte quanto para um de pequeno porte. Como outro exemplo citou a criação de programas federais unificados que valem para todo o território nacional sendo que cada Estado tem sua peculiaridade. Disse que o meio político tem muita vezes dificuldade de entender o que cabe a cada Poder e a quem cabe cada função. Disse que os municípios estão virando meros executores de políticas públicas federais. Explicou que está difícil administrar pois as demandas crescem e os municípios não sabem como agir. Que o Brasil é a oitava economia mundial, tendo muito dinheiro mas sem critério administrativo. Disse que as inoperâncias resultam nas interferências de poderes citando que há muitos promotores que apesar de ter estudado para fiscalizar e cobrar a aplicação das leis insistem em querer governar. Lembrou que foi vereador em 1988, foi prefeito, Deputado Estadual, assessor do governador, conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas além de ex presidente da associação mineira de municípios. Disse que a maneira de fazer política congelou com o passar dos anos, apesar da economia ter se apropriado. Disse que a política feita é a política de cem anos atrás tanto no âmbito municipal quanto no federal. Que é necessário uma sacudida para recuperar a credibilidade na política, que é necessário incorporar dentro do Poder Legislativo essa conversação popular. Disse que a tecnologia e a internet tem feito com que as pessoas tenham informação. Falou que as Câmaras

Municipais com a proximidade com a população é que possuem poder para mudar a realidade do país. Disse que é necessário aproveitar o momento de eleição para mudar o país e recuperar a boa política. Completou que o papel do legislativo é alertar a população com boas políticas públicas para garantir o futuro das gerações. Em uso da palavra, o Presidente da Casa lembrou da dívida da União com os Estados e dos Estados com os Municípios e pediu um pouco mais de explanação sobre as judicializações principalmente na área da saúde. Em resposta, Toninho disse que a divisão de verbas é um caminho tortuoso onde a verba entra no município, vai para o Estado e depois retorno para o Município. Disse que a justiça, sem perceber, está desorganizando o sistema com a judicialização na área da saúde elitizando assim, o SUS e prejudicando o coletivo. Disse que isso muitas vezes acontece por que as leis são falhas e não definem muito bem o papel de cada poder. A vereadora Dóris cumprimentou a todos e disse que a crise brasileira é uma crise política perguntando qual a sugestão para recuperar a credibilidade e confiabilidade na classe política e como é visto os políticos que insistem em permanecer na política mesmo dizendo que é difícil governar. Em resposta, Toninho disse que a crise brasileira é uma crise do Governo, onde o Governo gastou mais do que podia. Que criou programas bons mas que foram mal administrados. Que o sistema político atual produz uma classe política péssima apesar das exceções. Disse que enquanto não for feita uma reforma política séria, a realidade brasileira continuará a mesma. Disse que o financiamento público das campanhas também não possui sentido pois falta dinheiro em todas as áreas essenciais, sendo que milhões serão usados para financiar aventuras políticas. O vereador Evandro tomou a palavra e disse que os municípios não possuem acesso à Brasília. Lembrou da rejeição das contas de um ex prefeito deste município que contruiu uma ponte nova com verba federal destinada apenas a reforma das mesmas e que por isso

teve que dispor de patrimônio pessoal para pagar multa pelo seu ato. Lembrou que o Estado libera recurso para equipamento mas para custeio não, penalizando os prefeitos. Disse que os vereadores que possuem contato com o povo é que são condenados e culpados pela ingerência do Governo. Em resposta Toninho disse que, com relação a rejeição das contas do prefeito mostra a padronização e a necessidade de descentralizar o poder. Lembrou que o país é muito diferente e que precisa posuir leis diferentes para cada lugar. Disse que o Congresso Nacional tem um poder enorme e que o cidadão brasileiro não exerce os seus direitos e que existe um viés autoritário no país e que para resolver esses problemas é necessário que a população seja bem educada e informada. Com a palavra o vereador Daniel cumprimentou a todos e parabenizou Toninho pelas explanações prestadas. Perguntou se há uma nova forma de se modernizar a política do país. Em resposta, Toninho disse que não há uma forma definida mas que podem ser observados modelos bem sucedidos de política em vários políticos e que também as inovações tecnológicas nos dias de hoje podem ajudar e que não se pode deixar de aproveitar as inovações para uma política mais eficiente. Disse ainda que um meio eficaz para a modernização seria a população participar mais das decisões políticas sugerindo que algumas matérias antes de ser votadas pelo legislativo fossem submetidas a consulta popular. O vereador Daniel solicitou a Toninho Andrada para falar a respeito das dificuldades dos municípios em gerir os programas do governo federal com falta de recursos. Em resposta disse que cerca de 600 municípios Mineiros tem 13000 habitantes e que estas dependem do Fundo de Participação dos Municípios e que os mesmos estão presos a regras municipais e regras federais e que tal situação é muito difícil de administrar citando exemplos e que como a população não entende a situação e acha que tudo é culpa dos Prefeitos. Com a palavra, o vereador Osmar cumprimentou a todos e falou que política em cidade pequena fica muito

peçoal que o dia-a-dia do vereador é sempre ajudar a população. Ressaltou a inversão dos poderes onde o judiciário quer mandar mais que o governo relebrando fatos ocorridos neste município e nesta casa e perguntou ainda como se deve agir a respeito de outras pessoas virem a esta casa para pressionar o legislativo. Em resposta Toninho falou que a boa política é ajudar as pessoas dentro da lei. Disse ainda que existem critério eleitorais que vão ser observados durante a campanha e que o poder judiciário e o ministério publico deve ter o bom senso de respeitar a separação dos poderes. O vereador Lucimar cumprimentou a todos e perguntou a respeito do destino dos recursos de multas arbitradas. Em resposta Toninho disse haver um problema sério de má administração e que não se está sabendo usar as riquezas perdendo-se muitos recursos. Disse que é preciso existir um esforço para se criar metas novas e regras novas e que o espaço da classe política está sendo ocupado pelo judiciário e ministério público sendo necessário que a classe política recupere seu espaço promovendo a boa governança, gestão e administração. Disse ainda que se a classe política precisa refletir para se colocar o país no eixo. O vereador Nivaldo disse ficar feliz em ter conhecido Toninho Andrada agradecendo-o pela amizade e compreensão lamentando o fato da baixa participação na palestra ressaltando que para a mesma foi dada ampla divulgação e disse ainda que esta Casa vai absorver todo o conhecimento transmitido e que será divulgada a presença do mesmo agradecendo-o pela presença nesta Casa. Toninho Andrade disse que se tratou de uma grande oportunidade estar nesta Casa e sugeriu a importância de se fazer a transmissão das sessões ao vivo para uma melhor participação da população fazendo com que a Câmara esteja junto ao público e agradeceu a todos a participação. O senhor presidente colocou o requerimento de número 26/2018 em discussão e posterior votação sendo por todos aprovado. Encerrados os trabalhos em pauta o senhor Presidente solicitou a chamada final dos

vereadores a qual estava ausente o vereador Mauro da Conceição Neves. Nada mais há tratar, eu secretário, lavrei a presente ata que depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das Sessões, aos de 16 de abril de 2018.